

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Brasilcap completou 16 anos em 2011, manteve a liderança do setor de capitalização pelo 15º ano consecutivo e consolidou a comercialização do Cap Fiador pelo País. O título, que funciona como alternativa de garantia localícia e intensifica negócios para fora do canal Banco do Brasil, continuou sua trajetória de expansão, com presença em 13 estados. Com isso, a Brasilcap colaborou para abrir novas oportunidades no mercado de locação de imóveis e ampliou sua atuação na sociedade.

O faturamento da companhia no período foi de R\$ 3,3 bilhões, o que representou um aumento de 20% em relação ao exercício anterior. O volume de reservas técnicas alcançou o patamar de R\$ 5 bilhões, 19% a mais que em 2010. Já o valor dos ativos totais da Brasilcap chegou a R\$ 5,7 bilhões, o que representou um aumento de 21% se comparado ao exercício 2011.

O lucro líquido da Brasilcap teve um crescimento de 50% em relação a 2010 e chegou a R\$ 165 milhões. Parte desta evolução advém do resultado financeiro, que totalizou R\$ 201 milhões - um incremento de 40% em comparação ao ano anterior.

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE - realizada em 15/06/2011, foi alterado o estatuto social no que diz respeito à permissão de converter as ações ordinárias em ações preferências na proporção de 1 (uma) ação ordinária para 1 (uma) ação preferencial até o limite de 50% da participação devida por cada acionista no capital social total da companhia. Em 15/07/2011, os acionistas da BB Seguros Participações S.A. e Sul América Capitalização S.A. exerceram o direito de conversão de suas ações ordinárias em ações preferências até o limite permitido.

Conforme comunicado ao mercado publicado pelo Banco do Brasil S.A. em 24 de janeiro de 2011, a sua subsidiária integral - BB Seguros Participações S.A. - adquiriu a participação de 16,67% da Sul América Capitalização S.A., sendo que a liquidação financeira do contrato de compra e venda de ações ocorreu em 22/07/2011. A composição acionária resultante encontra-se

explicitada nas notas explicativas nº 1 - Contexto Operacional e nº 16.1 - Capital Social.

É importante destacar que as reservas da Companhia são administradas de acordo com as melhores práticas de gestão de Ativos, Passivos e Riscos. Isso garante a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, inclusive levando até os seus vencimentos os títulos marcados nessa categoria, de acordo com os preceitos das Circulares SUSEP nº 379 (2006), 385 (2009), 424 e 426 (2011).

A Brasilcap obteve também outras conquistas em 2011. A Companhia foi eleita, pelo quarto ano consecutivo, uma das 30 Melhores Empresas para Trabalhar no Rio de Janeiro, além de ter faturado o Prêmio Aberje - referência em comunicação empresarial. A Brasilcap recebeu também o Certificado Empresa Cidadã, conferido pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ). O reconhecimento se deu pelas boas práticas de Responsabilidade Socioambiental (RSA). Outra eleição, organizada pelo veículo Information Week, colocou a Companhia como uma das 100 mais inovadoras no uso de Tecnologia da Informação.

A performance da Brasilcap se reflete também nos prêmios distribuídos, que ajudaram a realizar os sonhos de clientes dos quatro cantos do País. Entre os meses de janeiro e dezembro, foram entregues mais de R\$ 100,8 milhões a aproximadamente 25 mil clientes.

Agradecemos a todos que apoiam as iniciativas da Companhia, transformando em realidade os nossos projetos. Reservamos um agradecimento especial aos clientes, aos acionistas, à força de vendas do Banco do Brasil e a todos os colaboradores.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 2012
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Reclassificado	
	2011	2010
CIRCULANTE	4.740.663	3.821.586
DISPONÍVEL	654	388
Caixa e Bancos	654	388
APLICAÇÕES (Nota 6)	4.730.058	3.817.631
Títulos de renda fixa - privados	1.422.094	956.879
Títulos de renda fixa - públicos	182.719	115.827
Quotas de fundos de investimentos	3.125.245	2.704.925
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	8.180	1.662
Títulos e créditos a receber (Nota 9)	6.588	1.108
Créditos tributários e previdenciários (Nota 10)	313	211
Outros créditos	1.279	343
DESPESAS ANTECIPADAS	1.771	1.905
Operacionais	352	352
Administrativas	1.771	1.553
ATIVO NÃO CIRCULANTE	960.290	894.406
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	939.659	877.812
APLICAÇÕES (Nota 6)	552.800	571.803
Títulos de renda fixa - públicos	466.993	452.175
Quotas de fundos de investimentos	85.507	119.728
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	387.159	306.009
Créditos tributários e previdenciários (Nota 10)	48.477	29.377
Depósitos judiciais e fiscais (Nota 11)	338.682	276.632
PERMANENTE	20.631	16.494
INVESTIMENTOS (Nota 12)	2.767	2.788
Imóveis destinados a renda	616	616
Outros investimentos	9.010	9.010
Provisões para desvalorização	(6.513)	(6.513)
Depreciação	(346)	(325)
IMOBILIZADO (Nota 13)	7.738	8.002
Imóveis	565	565
Bens móveis	15.217	13.894
Outras imobilizações	2.384	2.384
(-) Depreciação	(10.428)	(8.841)
INTANGÍVEL (Nota 13)	10.126	5.704
TOTAL DO ATIVO	5.700.953	4.715.992

PASSIVO	Reclassificado	
	2011	2010
CIRCULANTE	5.078.386	4.258.271
CONTAS A PAGAR (Nota 14)	85.477	64.299
Obrigações a pagar	9.845	17.314
Impostos e encargos sociais a recolher	1.282	899
Encargos trabalhistas	2.102	2.140
Imposto de renda e contribuição social	55.251	36.005
Outras contas a pagar	16.997	7.941
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM CAPITALIZAÇÃO	214	48
Débitos operacionais	177	41
Outros débitos operacionais	37	7
PROVISÕES TÉCNICAS - CAPITALIZAÇÃO (Nota 15)	4.992.695	4.193.924
Provisão para resgates	4.819.752	4.073.716
Provisão para sorteios	96.538	69.830
Outras Provisões	76.405	50.378
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	378.859	291.770
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	378.859	291.770
CONTAS A PAGAR	1.657	354
Outras contas a pagar	1.657	354
OUTROS DÉBITOS (Nota 11.2)	377.202	291.416
Provisões fiscais	376.695	290.939
Provisões trabalhistas	229	185
Provisões civis	175	202
Outras provisões	103	90
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 16)	243.708	165.951
Capital social	79.054	79.054
Reservas de capital	7.552	7.552
Reservas de lucros	157.102	79.345
TOTAL DO PASSIVO	5.700.953	4.715.992

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	2011	2010
RECEITAS LÍQUIDAS COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO	3.228.808	2.687.088
Receita bruta com título de capitalização	3.298.374	2.739.594
Devoluções e cancelamentos de títulos de capitalização	(10.607)	(8.427)
Variação das provisões técnicas	(58.961)	(44.079)
DESPESAS COM TÍTULOS RESGATADOS E SORTEADOS	(2.838.253)	(2.349.288)
Despesas com resgates	(2.737.419)	(2.248.528)
Despesas com sorteio	(100.834)	(100.760)
DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO (Nota 18)	(210.233)	(200.254)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS (Nota 18)	(8.368)	(8.119)
Outras receitas operacionais	2.257	2.519
Outras despesas operacionais	(10.629)	(10.638)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS (Nota 18)	(78.133)	(68.579)
Pessoal próprio	(36.601)	(35.813)
Serviços de terceiros	(18.501)	(14.819)
Localização e funcionamento	(11.884)	(11.247)
Publicidade e propaganda	(2.858)	(3.052)
Publicações	(758)	(758)
Doações e contribuições	(2.506)	(2.120)
Despesas administrativas diversas	(5.015)	(870)
DESPESAS COM TRIBUTOS (Nota 18)	(20.927)	(17.980)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	72.892	42.868
RESULTADO FINANCEIRO	202.424	144.631
Receitas financeiras (Nota 18)	579.538	449.637
Despesas financeiras (Nota 18)	(377.114)	(305.006)
RESULTADO PATRIMONIAL (Nota 18)	130	119
Receitas/Despesas com Imóveis de Renda	130	119
RESULTADO OPERACIONAL	275.446	187.618
GANHOS E PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES (Nota 18)	(105)	(994)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	275.341	186.624
IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E PARTICIPAÇÕES SOBRE O LUCRO	(110.265)	(76.613)
Imposto de renda (Nota 10.3)	(67.559)	(44.904)
Contribuição social (Nota 10.3)	(38.479)	(27.977)
Participação sobre o resultado	(4.227)	(3.732)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	165.076	110.011
Quantidade de ações	324.000.000	324.000.000
Lucro por ação	0,5095	0,3395

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	2011	2010
RECEITAS	3.289.822	2.732.690
Receitas com operações de título de capitalização	3.298.374	2.739.594
Devoluções e Cancelamentos	(10.607)	(8.427)
Prescrição Exigibilidade	2.160	2.517
Receitas não operacionais	(105)	(994)
VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS	(312.434)	(249.314)
Juros e variação monetária das provisões matemáticas	(312.434)	(249.314)
RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL	2.977.388	2.483.376
SORTEIOS E RESGATES	(2.897.214)	(2.393.367)
Despesas com sorteios e resgates	(2.859.527)	(2.357.762)
Provisão p/ Contingências	(37.687)	(35.605)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(316.834)	(291.561)
Materiais, energia e outros	(36.579)	(35.474)
Serviços de terceiros, comissões líquidas	(280.255)	(256.087)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(236.660)	(201.552)
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(3.898)	(4.441)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(240.558)	(205.993)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO/CEDEDO EM TRANSFERÊNCIA	579.353	447.990
Receitas financeiras	579.353	447.990
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(338.795)	(241.997)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO *	(338.795)	(241.997)
Pessoal	35.579	34.857
Remuneração direta	19.727	18.468
Benefícios	7.799	8.809
Encargos	2.117	1.829
PLR	4.227	3.732
Outros	1.709	2.019
Impostos, taxas e contribuições	132.545	96.116
Federais	132.432	96.027
Estaduais	83	80
Municipais	30	9
Remuneração de capitais de terceiros	5.595	1.013
Juros	3.680	25
Aluguéis	1.715	988
Remuneração de capitais próprios	165.076	110.011
Dividendos	84.117	78.707
Lucros retidos / Prejuízo do exercício	100.959	31.304

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de Reais)

	Reserva de capital		Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital social	Doações e subvenções	Reserva legal	Outras reservas de lucros	Total			
Saldos em 01 de janeiro de 2010	79.054	7.552	15.811	73.765	89.576	-	-	176.182
Pagamento de dividendos complementares exercício 2010	-	-	-	(33.670)	(33.670)	-	-	(33.670)
Pagamento de dividendos sobre reserva de lucros	-	-	-	(31.304)	(31.304)	-	-	(31.304)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	110.011	110.011	
Reversão de JCP e Dividendos	-	-	-	-	-	237	237	
Incorporação à Reserva de Lucros de JCP e Dividendos	-	-	-	237	237	(237)	-	
Destinação lucro líquido do exercício:								
- Dividendos Antecipados	-	-	-	-	-	(55.505)	(55.505)	
- Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	23.202	23.202	(23.202)	-	
- Constituição de Reservas de Lucros	-	-	-	31.304	31.304	(31.304)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2010 - Ajustado	79.054	7.552	15.811	63.534	79.345	-	-	165.951
Saldos em 01 de janeiro de 2011 - Ajustado	79.054	7.552	15.811	63.534	79.345	-	-	165.951
Pagamento de dividendos complementares exercício 2010	-	-	-	(23.202)	(23.202)	-	-	(23.202)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	165.076	165.076	
Destinação lucro líquido do exercício:								
- Dividendos Antecipados	-	-	-	-	-	(64.117)	(64.117)	
- Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	81.635	81.635	(81.635)	-	
- Constituição de Reservas de Lucros	-	-	-	19.324	19.324	(19.324)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	79.054	7.552	15.811	141.291	157.102	-	-	243.708

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de Reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2011	2010
Recebimentos de prêmios de seguro, contribuições de previdência e taxas de gestão e outras	3.288.808	2.730.363
Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e comissões	(2.607.451)	(2.249.315)
Pagamentos de despesas e obrigações	(158.327)	(144.027)
Constituição de depósitos judiciais	(37.570)	(31.735)
Pagamentos de participações nos resultados	(3.152)	(1.887)
Caixa gerado/(consumido) pelas operações	482.308	303.399
Impostos e contribuições pagos	(70.308)	(48.125)
Aplicações	(1.112.670)	(841.552)
Vendas e resgates	796.404	708.937
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	95.734	122.659
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento de Aluguel	197	218
Imobilizado	(1.323)	(513)
Intangível / diferido	(6.729)	(1.277)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento	(7.855)	(1.572)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(87.613)	(121.050)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	(87.613)	(121.050)
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	266	37
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	388	351
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	654	388
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	266	37
Ativos Livres no início do período	195.611	186.959
Ativos Livres no final do período	289.862	195.611
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES	94.251	8.652

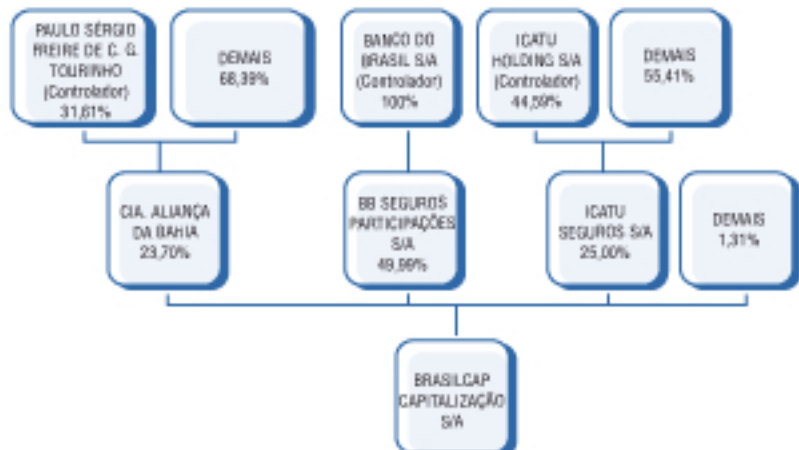
As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Brasilcap Capitalização S.A., denominada "Companhia", é uma sociedade por ações, sediada no Rio de Janeiro, situada na Rua Senador Dantas, 105 – 9º e 10º andares, Centro, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) a comercializar planos de capitalização, bem como os demais produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização. A Companhia iniciou suas atividades em julho de 1995 e opera em todas as unidades da federação, sendo o principal canal de distribuição a rede de agências do Banco do Brasil, acionista controlador do BB Seguros Participações S.A.

A Brasilcap Capitalização S.A. tem como principais acionistas, o BB Seguros Participações S.A. com 49,99%, Icatu Seguros S.A. com 25,00%, Companhia de Seguros Aliança da Bahia com 23,70% e demais acionistas com 1,31%.



2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que tenham sido referendados pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da própria SUSEP, vigentes na data de publicação dessas demonstrações financeiras.

Em 29 de abril de 2011, a SUSEP emitiu a Circular nº 424, que, dentre outros assuntos, altera o plano de contas, modelos de divulgação das demonstrações financeiras e informações mínimas para notas explicativas, visando à adequação às Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Especificamente para empresas de capitalização, em consonância com a Circular nº 428/2011, a SUSEP definiu que o plano de contas e os modelos de divulgação das demonstrações financeiras a serem utilizados, devem ser aqueles estabelecidos na Circular nº 379 de 19 de dezembro de 2008.

Nas presentes demonstrações financeiras, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 está sendo apresentado comparativamente aos valores referentes ao último balanço anual, com data base de 31 de dezembro de 2010 que foi reclassificado de acordo com as normas emitidas pela SUSEP e nos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, assim como as demonstrações de resultado, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido, as demonstrações dos fluxos de caixa e a demonstração do valor adicionado da Companhia estão apresentadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010. As reclassificações efetuadas estão assim representadas:

	31/12/2010	Ajuste	31/12/2010
Ativo			
Circulante	3.822.889	(1.303)	3.821.586
Aplicações	3.817.631	-	3.817.631
Títulos de Renda Fixa	1.048.352	(51.473)	996.879
Títulos de Renda Fixa Público	115.827	-	115.827
Quotas de Fundos de Investimentos	2.653.452	51.473	2.704.925
Títulos e créditos a receber	2.965	(1.303)	1.662
Títulos e créditos a receber	1.108	-	1.108
Créditos tributários e previdenciários	1.514	(1.303)	211
Outros créditos	343	-	343
Demais itens do circulante	2.293	-	2.293
Ativo não circulante	893.103	1.303	894.406
Aplicações	571.903	-	571.903
Títulos e créditos a receber	304.706	1.303	306.009
Créditos tributários e previdenciários	28.074	1.303	29.377
Depósitos judiciais	276.632	-	276.632
Permanente	16.494	-	16.494
Total	4.715.992	-	4.715.992
Passivo			
Circulante	4.281.473	(23.202)	4.258.271
Contas a pagar	87.501	(23.202)	64.299
Dividendos	23.202	(23.202)	-
Demais contas a pagar	64.299	-	64.299
Débitos de Operações com Capitalização	48	-	48
Provisões Técnicas	4.193.924	-	4.193.924
Passivo Não Circulante	291.770	-	291.770
Patrimônio Líquido	142.749	23.202	165.951
Capital Social	79.054	-	79.054
Reservas de Lucro	7.552	-	7.552
Reservas de Lucros	56.143	23.202	79.345
Total	4.715.992	-	4.715.992

A Companhia não está apresentando a Demonstração dos Resultados Abrangentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, por motivo de não existir nenhum resultado que se caracterize como abrangente.

Todas as práticas contábeis e critérios de apuração relevantes para as demonstrações financeiras foram aplicados em sua elaboração.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; e
- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e corresponde ao ambiente econômico de atuação da Companhia. Todas as informações estão expressas em milhares de Reais e arredondadas para o milhar mais próximo.

2.4. Conclusão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião datada de 2 de fevereiro de 2012.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC - requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados às provisões técnicas e ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e da apuração de demais saldos sujeitos a esta avaliação.

Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas, e o reconhecimento contábil de efeitos que, porventura surjam, são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem.

Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas:

- Provisões técnicas (vide nota nº 3.9);
- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros (vide nota nº 6);
- Avaliação pelo custo amortizado das provisões judiciais (vide nota 3.10 e 9); e
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos (vide nota nº 8).

2.6. Gestão de capital

Na gestão do capital, a Companhia observa a alocação de capital baseado em risco, conforme preceitos das Resoluções nº 226, 227 e 228 do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

A política da Companhia visa manter o nível de capital acima do mínimo determinado pelo CNSP e pela SUSEP. De acordo com as normativas vigentes na data de referência desta demonstração financeira, o PLA - Patrimônio Líquido Ajustado - das companhias seguradoras deve ser suficiente para cobrir o Capital Base, parcela fixa de capital, proporcional à abrangência territorial de cada companhia e o Capital Adicional, este último apurado em duas parcelas variáveis, proporcionais ao risco de crédito dos ativos da Companhia. A soma das parcelas de capital forma o CMR - Capital Mínimo Requerido - que na data base apresentava a seguinte composição:

CRM - Capital Mínimo Requerido	150.171
Capital Base	10.800
Capital Adicional	139.371
Para risco de subscção CA subs	-
Para risco de crédito CA cred	139.371
PLA - Patrimônio Líquido Ajustado*	231.805
Excedente de Capital (PLA - CMR)	81.635
Solvência de: (acima do mínimo)	54%

*Vide cálculo do PLA na nota explicativa nº 18.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Resumo das práticas contábeis

As práticas contábeis mais relevantes adotadas são:

3.1.1. Apuração do Resultado

As receitas de capitalização são reconhecidas no resultado a partir da data de emissão quando se trata de Produto de Pagamento Único (PU) ou da 1ª parcela de Produto de Pagamento Mensal (PM) ou Periódico (PP) e recebimento dos títulos de capitalização nas demais parcelas de produtos PM ou PP. O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanham a forma de contabilização da receita.

3.1.2. Balanço Patrimonial

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.

Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos.

3.2. Instrumentos financeiros

• Classificação e mensuração

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39 e 40, a Companhia efetuou a avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos. Os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descritos a seguir:

• Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de créditos bancários que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

• Títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os títulos e valores mobiliários, adquiridos com o propósito de serem ativo e frequentemente negociados, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, ajustados ao valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado.

• Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento

Os títulos e valores mobiliários para os quais a Brasilcap possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado.

As taxas médias ponderadas de juros, contratadas nas aplicações financeiras descritas no quadro abaixo, tiveram como base as seguintes premissas:

- Papéis marcados "a vencimento" foram considerados as taxas da ANBIMA da data da compra;
- Papéis marcados "ao valor justo por meio do resultado" foram considerados as taxas da ANBIMA na data do Balanço;
- Papéis privados levaram em consideração a precificação de mercado (ANBIMA) e precificação do gestor/administrador, quando for o caso;
- O CDI utilizado foi o divulgado pela CETIP;
- As taxas foram ponderadas pela quantidade dos títulos;
- A ponderação das taxas foi feita levando-se em conta apenas o indexador.

Indexador	Taxa 31/12/2011	Taxa 31/12/2010
% CDI	106,83%	108,43%
% TMS	100,54%	100%
CDI + %	1,67%	1,44%
IPCA + %	6,61%	6,82%
Pré	12,04%	12,49%
TR + %	10,00%	-

• Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros representados pelos títulos de capitalização a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

• Instrumentos financeiros derivativos

São classificados no ativo ou passivo circulante como títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo compostos por opções, swaps e contratos futuros.

3.3. Créditos tributários

Os créditos tributários do imposto de renda e de contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas vigentes na data base das demonstrações financeiras.

3.4. Investimentos

Os investimentos são demonstrados ao custo de aquisição deduzido quando aplicável, de provisão para eventuais perdas na sua realização.

3.5. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

A administração efetuou a análise de seus ativos conforme CPC 01, aprovado pela Circular nº 424/2011 e, constatou que não há indicadores de perda do valor recuperável dos mesmos, bem como estes são realizáveis em prazos satisfatórios.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A administração da Companhia julga que as taxas de depreciação aplicadas estão relativamente ligadas à vida útil econômica dos bens.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.6. Intangível

Os itens do ativo intangível são representados por gastos com desenvolvimento e implantação de sistemas, sendo amortizados por um prazo de 5 anos, a partir da data de sua utilização.

3.7. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, que podem ser estimados de uma maneira confiável.

3.8. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes foram calculadas considerando para o IRPJ a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela excedente a R\$ 240 ao ano, e para a CSLL a alíquota de 15% sobre o lucro antes do imposto de renda.

As provisões para imposto de renda e para contribuição social diferidos são reconhecidas, em sua totalidade, pelas alíquotas vigentes sobre as diferenças temporárias.

3.9. Provisões técnicas

3.9.1. Provisão matemática para resgates

A provisão matemática para resgate é calculada sobre o valor nominal dos títulos, atualizada e capitalizada com base em notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados). A metodologia de cálculo desta provisão consiste na constituição de um montante calculado através dos percentuais de cotas de capitalização, aplicáveis sobre o(s) pagamento(s) efetuado(s), e mensalmente capitalizado pela taxa de juros definida no plano e atualizado pela taxa de remuneração básica aplicada à caderneta de poupança, gerando o valor de resgate do título.

3.9.2. Provisão para resgates de títulos vencidos e antecipados

As provisões para resgate de títulos vencidos e antecipados são constituídas pelos valores de saldo de resgate dos títulos com prazos de capitalização finalizados e reschidos, atualizados monetariamente no período entre a data do direito do resgate e a efetiva liquidação. A metodologia de cálculo desta provisão consiste na atualização do saldo de resgate dos títulos, que equivale ao saldo da provisão matemática para resgates na data do evento gerador, atualizado pela taxa de remuneração básica aplicada à caderneta de poupança, conforme definida no plano, até a data do efetivo pagamento do valor resgatado ao titular. Entende-se como data do evento gerador, no caso de títulos vencidos, a data de final de vigência e, para títulos antecipados, a data de solicitação de resgate ou a data de cancelamento após o prazo de suspensão.

3.9.3. Provisão para sorteio a realizar

Os valores destinados à constituição da provisão para sorteio a realizar foram calculados sobre o valor nominal dos títulos, com base em notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP e a baixa da provisão de sorteio a realizar foi registrada pelo valor equivalente ao risco decorrido, ou seja, o saldo da provisão para sorteio a realizar representa os valores custeados dos sorteios ainda não realizados. A metodologia de cálculo desta provisão consiste na acumulação de aportes que provêm de percentual(ais) de cota(s) de sorteio(s) aplicáveis sobre o(s) pagamento(s), conforme estabelecido(s) no plano, e de baixas que provêm do valor equivalente ao risco decorrido. Essa provisão é mensalmente capitalizada e atualizada pelas respectivas taxas de juros e de atualização definidas no plano.

3.9.4. Provisão para sorteio a pagar

A provisão de sorteio a pagar é constituída pelos valores das premiações dos títulos contemplados em sorteios, atualizados monetariamente no período entre a data do sorteio e a efetiva liquidação. A metodologia de cálculo desta provisão consiste na constituição dos valores das premiações dos títulos contemplados em sorteios, no período entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação, atualizados monetariamente pela taxa de remuneração básica aplicada à caderneta de poupança.

3.9.5. Outras provisões - contingências

A contingência para sorteios é constituída com o objetivo de suprir eventual insuficiência identificada quando da realização do sorteio, sendo atualizada monetariamente pela TR. O cálculo da Provisão de Contingência de Sorteios baseia-se na seguinte metodologia: analisar a diferença entre o montante das baixas mensais da Provisão de Sorteios a Realizar e o montante de sorteios realizados no mês. Quando o valor do primeiro é superior ao do segundo, a diferença é apontada à Provisão de Contingência de Sorteios, que é atualizada mensalmente pela Taxa de Remuneração Básica aplicada à caderneta de poupança. Caso contrário, o valor da diferença é baixado da provisão a fim de suprir um eventual déficit.

A provisão de fidelização, ou "bônus", tem como objetivo garantir a distribuição de bônus aos clientes que permanecerem até o fim da vigência dos títulos de capitalização que em nota técnica atuarial possuam esta previsão. A metodologia de cálculo da provisão de bônus consiste no acúmulo de aportes mensais que provêm de 50% (metade) da atualização da provisão matemática para resgate.

A provisão de renda variável, classificada no grupo de provisões para contingência, representa uma parte do resgate do título de capitalização vinculada a um fundo de investimento em ações. A sua variação é constituída pelos aportes mensais e pela oscilação das cotas do respectivo fundo. A metodologia de cálculo da provisão de renda variável consiste no acúmulo de aportes que provêm de percentual(ais) aplicável(ais) sobre o(s) pagamento(s), que são convertidos em cotas do fundo de ações, na data estabelecida no plano, sofrendo a variação dos índices referentes a essas cotas.

3.9.6. Prescrição de títulos de capitalização

A Companhia movimenta, nas provisões para resgates de títulos vencidos, antecipados e de sorteio a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo às disposições previstas no Código Civil.

3.10. Provisões para ações judiciais

As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela TR ou pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões do Departamento Jurídico Interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal estão contabilizados na rubrica Outros Débitos - Provisões Judiciais, no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica Depósitos Judiciais e Fiscais, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela TR ou pela SELIC, conforme legislação vigente.

As provisões para as ações judiciais de natureza cível e trabalhista, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente de acordo com a avaliação do departamento jurídico e consultores externos.

3.11. Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado em consonância com a legislação em vigor. Na data do encerramento das demonstrações financeiras, a provisão é limitada ao dividendo obrigatório. Os dividendos adicionais da Companhia são registrados no passivo no momento em que são aprovados pelos acionistas.

A Companhia, para fins de comparabilidade, reclassificou os dividendos superiores ao mínimo obrigatório referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, atendendo aos dispositivos da Interpretação Técnica ICPC 08.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

4.1. Governança dos riscos

O gerenciamento de riscos na Companhia contempla os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, legal e operacional.

O modelo de governança de riscos, adotado pela Companhia, envolve estrutura de comitê, com a participação de representantes dos sócios, Presidente, Diretor Financeiro e Gerentes de diversas áreas da Companhia. Contemplando os seguintes aspectos:

- Segregação de funções: negócio x risco;
- Estrutura específica para avaliação e monitoramento de riscos;
- Decisões colegiadas;
- Normas de Gestão de Investimentos em documento institucional interno; e
- Referência às melhores práticas de gestão.

Todas as decisões relacionadas à gestão de riscos são tomadas de forma colegiada e de acordo com as diretrizes e normas internas da Companhia.

As decisões são comunicadas às áreas intervenientes por atas e consolidadas nos normativos internos, objetivando disseminar o posicionamento tomado pela Administração, garantindo a sua aplicação em todos os níveis da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Valores expressos em milhares de Reais)

4.2. Processo de gestão de riscos

A Companhia considera o gerenciamento de riscos e de capital como vetores principais para o processo de tomada de decisão. O processo de gestão de riscos envolve fluxo contínuo de informações, obedecendo às seguintes fases:

Preparação: fase de coleta e análise dos dados. Nessa etapa, são analisadas e propostas medidas sobre os riscos para discussão e deliberação no subcomitê Financeiro e, se necessário, no Conselho de Administração;

Decisão: as decisões são tomadas de forma colegiada nos escalões competentes e comunicadas às áreas intervenientes;

Execução: as áreas intervenientes aplicam as decisões tomadas, sob a coordenação da Gerência de Risco;

Acompanhamento/Gestão: é o controle realizado pela Gerência de Risco, avaliando o cumprimento das deliberações e seus impactos na Companhia, comunicando a situação dessas ações ao fórum competente (Diretor Financeiro ou Comitê Financeiro). O controle diário e relatórios mensais sobre risco proporcionam maior agilidade e eficiência na tomada de decisões, bem como o aprimoramento do processo de gestão da Companhia.

4.3. Risco de mercado

Risco de Mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, de câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities. A Companhia utiliza métodos estatísticos e de simulação para mensurar os riscos de mercado das suas exposições. Entre as métricas e testes aplicados, destaca-se o Teste de Sensibilidade.

4.3.1. Política de riscos de mercado

A Política de riscos de mercado e a política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, aprovadas pelo Conselho de Administração, compõem os documentos estratégicos relativos à gestão de ativos financeiros da Companhia.

Esses documentos estabelecem as diretrizes a serem seguidas nas decisões negociais da Companhia, tratando de aspectos quantitativos e qualitativos, tais como política de hedge, diversificação e enquadramento legal.

4.3.2. Gerenciamento, processos de mensuração e comunicação dos riscos de mercado

O processo de mensuração dos riscos de mercado faz uso de sistemas corporativos, planilhas de dados e do aplicativo Riskwatch, desenvolvido pela empresa canadense Algoritmics.

A Gerência de Risco da Companhia é responsável pelo processamento final dos dados, análise e monitoramento de riscos de mercado e pela comunicação dos níveis de exposição e de consumo de Limites à Alta Administração da Companhia. Mensalmente, as informações sobre exposição a riscos financeiros são reportadas ao Comitê Financeiro.

4.3.3. Exposição

A maior parte da carteira de investimentos da Companhia está sujeita à taxa de juros pós-fixada, cerca de 72,5%, distribuída entre títulos indexados à TMS - Taxa Média Selic - taxa média do CDI - Certificados de Depósitos Interfinanceiros - e IPCA mais cupom de juros. Os outros 27,5% encontram-se investidos em ativos sujeitos à variação da taxa de juros prefixada, sendo a grande maioria em LTN - Letras do Tesouro Nacional, NTN-F - Notas Financeiras do Tesouro Nacional série F e uma pequena parte composta por Debêntures. Parte da exposição à taxa prefixada, que representa 6,8% da carteira total, encontra-se protegida contra os efeitos da variação da taxa de juros por operações de hedge, que utilizam os instrumentos derivativos Contratos Futuros de DI. Esse tipo de proteção converte os efeitos de ativos prefixados em exposição pós-fixada, para fins de análise de risco.

Dessa forma, considerando os efeitos do hedge, a exposição aos fatores de risco taxa de juros pós-fixado era de 79,3% e ao fator de risco pré-fixado era de 20,7% dos ativos garantidores, no balanço de 31 de dezembro de 2011.

A demonstração da exposição aos riscos de mercado da Companhia nos últimos períodos pode ser vista no quadro a seguir:

Fatores de Risco	Valores em Milhões de R\$	
	31/12/2011	31/12/2010
JUROS PÓS - IPCA	1.035 19,8%	1.058 24,3%
JUROS PÓS-TMS e CDI	2.758 52,7%	1.907 43,7%
Hedge (efeito pós-fixado)	354 6,8%	392 9,0%
JUROS PRÉ	1.442 27,5%	1.395 32,0%
Hedge (efeito prefixado)	(354) -6,8%	(392) (9,0%)
TR ATIVO	0,3 0,01%	0,5 0,01%
Totais	5.235 100,0%	4.360 100,0%

Os demais fatores de risco de mercado, tais como taxa de juros e riscos de câmbio, não estão presentes na carteira de ativos financeiros garantidores da Companhia.

4.3.4. Análise de sensibilidade

Por meio da precificação da carteira, utilizando técnica de cálculo integral dos valores dos ativos, são simulados os efeitos no valor das exposições resultantes de variações no patamar dos fatores de risco de mercado.

Para elaboração da análise de sensibilidade das posições da Companhia, considerou-se a possibilidade de ocorrência de um cenário eventual, no qual a taxa básica de juros sofreria um aumento ou uma redução da ordem de 100 basis points (+/- 1 ponto percentual).

Para as operações destinadas a serem carregadas na carteira até o vencimento (H&M – Hold to Maturity ou carteira de não negociação), a valorização ou a desvalorização, em decorrência de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não afetam o resultado da Companhia, tendo em vista que essa carteira é carregada na curva de aquisição até o vencimento. Os demais valores mobiliários da Companhia estão sujeitos aos efeitos das mudanças nos fatores de risco de mercado, cuja variação afeta o resultado, podendo representar ganhos adicionais ou perdas, conforme o cenário e a composição das carteiras ativas e passivas.

Dessa forma, os testes de sensibilidade foram realizados sobre a parcela dos ativos marcados a mercado, excluindo-se da análise os ativos marcados na curva de aquisição, devido à intenção da Companhia de carregá-los até o vencimento.

Em relação ao passivo, o valor presente das provisões matemáticas é levado a valor futuro pela taxa de TR + 0,5% a.m., e novamente trazido a valor presente pelo custo de oportunidade, dado o cenário de alta ou baixa da taxa de juros.

Considerando ainda que o fator de risco de mercado da carteira resume-se às variações das taxas de juros e dos cupons de juros sobre índices de inflação, os choques de +/- 100 pontos base foram aplicados sobre a estrutura a termo de taxa de juros, sobre a estrutura a termo dos cupons de IPCA e seus efeitos refletidos nas projeções da TR. Os resultados nos últimos períodos são mostrados na tabela a seguir, cujos valores de perdas ou ganhos estimados levam em conta os efeitos dos contratos futuros de DI (hedge das taxas prefixadas).

Impacto no PL	Valores em Milhares de R\$	
	31/12/2011	31/12/2010
Elevação de taxas de juros e cupons	31.357 9,01%	9,01%
Redução de taxas de juros e cupons	(29.355) (16.598)	

A Companhia avaliou a exposição a riscos dos demais ativos (1) e passivos (2) e concluiu não haver necessidade de se efetuarem testes de análise de sensibilidade, face a pequena representatividade tanto na estrutura patrimonial, bem como nas operações da empresa. Abaixo quadro demonstrativo da composição de ativos e passivos:

Ativo Total	5.700.953	100,00%	Passivo Total	5.700.953	100,00%
Aplicações Financeiras	5.282.558	92,66%	Provisões Técnicas	4.992.695	87,58%
Depósitos judiciais fiscais (1)	338.682	5,94%	Passivo Contencioso Fiscal (2)	376.695	6,61%
Demais Ativos (1)	79.713	1,40%	Demais Passivos (2)	87.855	1,54%
			Patrimônio Líquido	243.708	4,27%

4.4. Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da instituição não ter a capacidade de gerar caixa suficiente para honrar seus compromissos financeiros nos respectivos vencimentos, sem incorrer em perdas inaceitáveis. Para fins de gestão de riscos, a liquidez é avaliada em valores monetários segundo composição de ativos e passivos. Este risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa (captações). O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os prazos de vencimento de ativos e passivos.

Gestão do risco de liquidez

A Companhia mantém níveis de liquidez adequados aos compromissos assumidos pela Instituição, frente a seus credores e adjacentes dos títulos de capitalização emitidos pela Companhia. A gestão do risco de liquidez da Companhia utiliza a análise atuarial como instrumento para avaliar o nível de exposição e descasamento de prazos entre ativos e passivos, monitorados trimestralmente pela Alta Administração da Companhia.

As captações da companhia são realizadas através da emissão de Títulos de Capitalização, com base em uma ampla e diversificada carteira de clientes, o que constitui elemento importante para a gestão do risco de liquidez da Companhia.

Os títulos de capitalização são títulos de renda fixa, indexados em sua maioria a índices de preços, que, no caso específico da Companhia, referem-se à TR acrescida de cupom de juros. Essa prática está em linha com o mercado local de títulos de capitalização. Adicionalmente, o cliente tem a prerrogativa de resgatar antecipadamente os valores aplicados, dentro de normas específicas para esse fim, devidamente constituídas no título.

Os investimentos da Companhia são realizados preferencialmente em ativos de alta liquidez de mercado, como títulos públicos federais ou, em menor percentual, em títulos privados de baixo risco de crédito.

Os prazos dos resgates dos títulos de capitalização emitidos pela Companhia são periodicamente comparados com os prazos dos títulos de sua carteira ativa, identificando-se possíveis pontos de descasamento desfavorável à liquidez. Devido à possibilidade de resgate antecipado, nesta análise, os fluxos futuros do passivo consideram resgates antecipados com a mesma distribuição observada no histórico de cada produto de captação.

Por outro lado, a maioria dos ativos garantidores possui mercado ativo que possibilita sua venda a mercado antes do vencimento do título, permitindo à companhia fazer frente às suas necessidades de caixa. Apesar de realista, os efeitos de uma possível venda antecipada dos ativos não foram considerados na análise mostrada nesta nota.

Considerando as características de ativos e passivos da Companhia, periodicamente, são realizadas análises atuariais que utilizam os valores dos fluxos do passivo com erosão, ou seja, com a realização de resgates antecipados conforme padrão histórico. De forma conservadora, os ativos são considerados líquidos em seus respectivos vencimentos.

Os valores futuros dos fluxos de caixa foram calculados com base nas taxas de juros e cupons extraídos das respectivas estruturas a termo de mercado. Os testes apresentados utilizam apenas parte da carteira de ativos financeiros da Companhia, o suficiente para garantir a cobertura das obrigações no futuro.

A tabela a seguir mostra a última análise realizada com base em 31/12/2011:

Fluxos de Caixa - Ativo e Passivo a Valores Futuros - Valores em Milhares de R\$									
A Valor Futuro	1º/2012	2º/2012	1º/2013	2º/2013	1º/2014	2º/2014	1º/2015	2º/2015	Após 2016
Ativos	443.227	490.081	912.038	389.638	523.455	636.803	529.618	121.097	989.789
Provisões para resgate	1.265.720	760.844	723.570	644.909	674.417	809.188	164.151	83.717	97.344
Descasamento	(822.493)	(270.763)	188.468	(255.271)	(150.962)	27.615	365.467	37.380	892.445
									11.886

4.5. Risco de crédito

Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A definição de risco de crédito compreende, entre outros, os seguintes tipos:

- Risco de inadimplência, que é a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte da intermediadora ou conveniente de empréstimos a clientes;
- Risco de contraparte, que é a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos;
- Risco país (ou soberano), que é a probabilidade do governo de uma nação não honrar o pagamento de suas dívidas emitidas em moeda forte;
- Risco político, que é a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por tomador ou contraparte localizada fora do país, em decorrência de ações realizadas pelo governo do país onde está localizada o tomador ou contraparte, devido a possíveis restrições às transferências financeiras entre nações. Pode ser também entendido como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial dos valores recebidos em decorrência de fatos políticos ou conflitos locais e regionais;
- Risco de cobrigação solidária, que é a possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar aceites de riscos de terceiros, quando referidos aos títulos de dívidas de terceiros, tais como avais, fianças, cobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante;
- Risco de concentração, que é um risco de crédito oriundo de ativos emitidos por instituições geralmente com boa qualidade de crédito, porém com grande efeito financeiro sobre a carteira, devido à elevada participação desses ativos no montante.

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia é realizado com base nas melhores práticas de mercado e segue as normas de supervisão e de regulação da SUSEP. Objetiva identificar, mensurar, controlar e mitigar o risco das exposições, contribuir para a manutenção da solidez e da solvência e garantir o atendimento dos interesses dos acionistas.

4.5.1. Política de risco de crédito

A Política aprovada pelo Conselho de Administração aplica-se a todos os negócios que envolvam risco de crédito e está estruturada de forma a atender às restrições legais e ao gerenciamento da carteira de ativos. Atualmente, o limite de exposição ao risco de crédito de instituições privadas está definido em 30% dos ativos totais da companhia, incluindo nessa exposição títulos de instituições financeiras e não financeiras.

4.5.2. Sistemas de mensuração

O risco de crédito é mensurado pelo rating do emissor e do título, emitido por instituição especializada e em análise complementar realizada pela instituição financeira contratada para administrar os ativos da Companhia.

4.5.3. Política de mitigação

Na realização de qualquer negócio sujeito ao de risco de crédito, a Companhia adota uma postura conservadora e utiliza limites de exposição e de concentração restritivos, de forma a manter-se em conformidade com os limites indicados pela SUSEP, dentro das melhores práticas de gestão de ativos.

4.5.4. Concentração

As estratégias de gerenciamento do risco de crédito orientam as ações em nível operacional. As decisões estratégicas compreendem, entre outros aspectos, a materialização do "apetite" de risco da Companhia e o estabelecimento de limites de exposição a risco e de concentração.

Conforme definido na Política de Investimentos, a Companhia possui limites de concentração para exposição ao risco de crédito, tanto por emissor quanto por franchises emitidas.

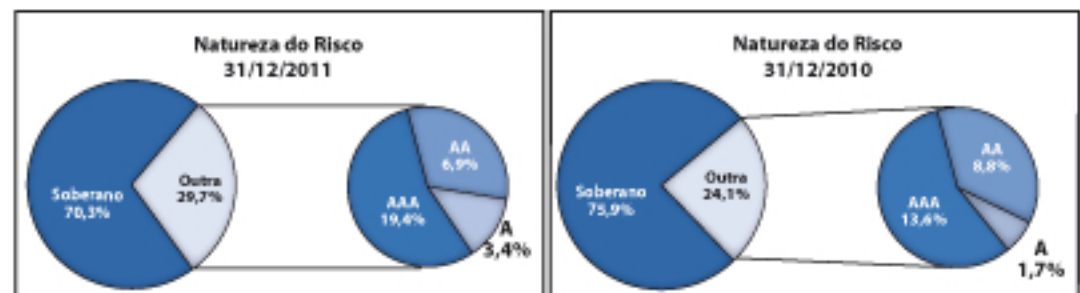
A Companhia possuía a seguinte proporção de títulos com risco de crédito:

	31/12/2011	31/12/2010
Títulos Públicos Federais	83%	76%
Títulos Privados	17%	24%

Em escala nacional, o risco soberano do Governo Brasileiro representa o menor risco de crédito em moeda local, o que corresponde à nota AAA na escala nacional. A nota da escala nacional está relacionada com as emissões locais em reais, que é o caso dos ativos da carteira de investimentos da Companhia.

A política de investimentos da companhia prevê aplicações financeiras apenas em empresas e títulos classificados com nota de rating na escala nacional de AAA até BBB, ou seja, com classificação na escala de investimento (investment grade), em conformidade com os normativos para o setor de seguridade ao qual pertence a Companhia.

A tabela a seguir mostra a distribuição dos títulos privados de acordo com a as notas de rating em escala nacional, emitidas pelas principais agências que atuam em nosso território.



5. RISCO OPERACIONAL

É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia.

5.1. Fases do processo de gerenciamento do risco operacional

Conceitualmente o processo de gestão de riscos operacionais pode ser desenvolvido nas seguintes fases:

Identificação: Determinação das fragilidades nos processos da Companhia e nos serviços relevantes executados por terceiros, bem como identificação dos eventos de perda associados aos mesmos.

Avaliação e mensuração: Proposição de Limites de Exposição e Indicadores-Chave de Risco (ICR), captura dos eventos de perda e cálculo do capital a ser alocado para risco operacional.

Mitigação: Desenvolvimento de mecanismos e planos de ação para mitigação dos riscos operacionais identificados e elaboração de planos de continuidade de negócios (PCN).

Controle: Acompanhamento das ações de mitigação; proposição, implementação e acompanhamento das ações de controle; apuração do nível de conformidade dos processos; realização de backtesting.

Monitoramento: Observar e registrar os eventos de perda operacional, do comportamento dos Indicadores-Chave de Risco (ICR), dos limites de exposição, bem como da existência de controles internos e de planos de continuidade de negócios.

5.2. Fases do processo de gerenciamento do risco operacional

A Gerência de Controles Internos é responsável pela manutenção da qualidade dos controles internos e a certificação de práticas e produtos em conformidade com leis e normativos externos e normas internas. Para a otimização desta gestão, são utilizadas metodologias e ferramentas, tais como Testes e Agentes de Conformidade, cursos de disseminação da cultura de controles internos, Auditorias Interna e Externa e Plano de Continuidade de Negócios – PCN.

Quanto ao Plano de Continuidade de Negócios (PCN), cabe ressaltar a existência de espaço físico reservado em local diferente do da sede da Companhia, incluindo hardware, mobiliário, documentação e treinamento de funcionários, objetivando mitigar o risco de uma parada involuntária de sistemas operacionais da Sede, assim como falta de acesso físico a ela, evitando assim uma paralisação prolongada dos principais processos críticos que possam gerar prejuízos à corporação.

6. APLICAÇÕES

6.1. Classificação da carteira

Conforme Circular SUSEP nº 424, de 29 de abril de 2011, a Companhia classifica suas aplicações da seguinte forma:

	31/12/2011						
	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor da Curva	Ajuste a Valor Justo	Valor Contábil
Títulos para negociação							
CDB	-	238.916	51.875	30.478	321.270	175	321.444
DPGE	-	-	61.253	226.774	288.027	-	288.027
Debêntures	20.462	8.515	12.323	647.803	689.103	6.119	695.222
Letra financeira	-	-	-	111.694	111.694	98	111.792
CRI	-	-	-	5.609	5.609	-	5.609
Fundo exclusivo de renda fixa	168.245	79.030	258.954	2.359.218	2.865.447	36.116	2.901.563
Fundo exclusivo de renda variável	47.451	-	-	-	47.451	(4.849)	42.602
Fundos não exclusivos	137.761	-	-	-	137.761	-	137.761
	373.919	326.461	384.405	3.381.576	4.466.361	37.659	4.504.020

Títulos mantidos até o vencimento

	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor da Curva	Ajuste a Valor Justo	Valor Contábil
LTN	-	-	56.719	-	56.719	-	56.719
NTN-B	-	-	42.134	313.549	355.683	-	355.683
NTN-F	83.865	-	-	153.444	237.309	-	237.309
Fundo exclusivo de renda fixa	-	-	43.320	85.507	128.827	-	128.827
	83.865	-	142.173	552.500	778.538	-	778.538
Circulante	457.784	326.461	526.578	3.381.576	4.692.399	37.659	4.730.058
Não Circulante	-	-	-	552.500	552.500	-	552.500
Total da carteira	457.784	326.461	526.578	3.934.076	5.244.899	37.659	5.282.558

O valor justo dos títulos mantidos até o vencimento é superior ao valor do custo atualizado em R\$ 14.470

	31/12/2010						
	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor da Curva	Ajuste a Valor Justo	Valor Contábil
Títulos para negociação							
CDB	-	-	-	143.655	143.655	(97)	143.558
DPGE	-	4.236	65.552	178.195	247.983	-	247.983
Debêntures	3.009	14.112	114.659	473.292	605.072	266	605.338
Fundos exclusivos de renda fixa	113.907	530.195	211.091	1.471.257	2.326.450	3.910	2.330.360
Fundos exclusivos de renda variável	32.352	-	-	-	32.352	(524)	31.828
Fundos não exclusivos de renda fixa	51.474	-	-	-	51.474	-	51.474
	200.742	548.543	391.302	2.266.399	3.406.986	3.555	3.410.541

Títulos mantidos até o vencimento

	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor da Curva	Ajuste a Valor Justo	Valor Contábil
LTN	-	-	75.961	50.707	126.668	-	126.668
NTN-B	-	-	38.866	168.109	207.975	-	207.975
NTN-F	-	-	-	233.359	233.359	-	233.359
Fundos exclusivos de renda fixa	31.451	259.812	-	119.728	410.991	-	410.991
	31.451	259.812	115.827	571.903	978.993	-	978.993
Circulante	232.193	808.355	507.129	2.266.399	3.814.076	3.555	3.817.631
Não circulante	-	-	-	571.903	571.903	-	571.903
Total da carteira	232.193	808.355	507.129	2.838.302	4.385.979	3.555	4.389.534

O valor justo dos títulos mantidos até o vencimento é superior ao valor do custo atualizado em R\$ 7.343.

O valor da curva corresponde ao valor do custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

O valor justo é o preço ajustado diariamente com base nas cotações divulgadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANBIMA) - atualmente denominada ANBIMA - Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

Os ajustes com títulos e valores mobiliários são as diferenças apuradas entre os valores da curva e o valor justo.

A capacidade financeira para a manutenção dos títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento" é mensurada com base em estudos elaborados, nos quais são levados em consideração os fluxos das vendas, dos recebimentos das demais parcelas, dos vencimentos das provisões técnicas, bem como dos títulos e valores mobiliários.

6.2. Fundo de investimentos exclusivos

6.2.1. Composição do fundo de investimento renda fixa:

	31/12/2011
--	------------

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Valores expressos em milhares de Reais)

Títulos	31/12/2010						
	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor da Curva	Ajuste a Valor Justo	Valor Contábil
Operações Compromissadas							
LFT - 1 DIA	53.607	-	-	-	53.607	-	53.607
LTN - 1 DIA	305	-	-	-	305	-	305
Ajuste de DI FUTURO	-	(1)	(2)	(367)	(370)	-	(0,01)
LFT	-	143.934	147.075	679.570	970.579	(159)	970.420
LTN	59.978	122.852	63.283	352.946	579.159	(1.569)	577.590
NTN-B	-	263.310	518	107.665	371.493	5.996	377.479
NTN-F	-	-	-	351.212	351.212	(348)	350.864
TDI	35	-	217	231	483	-	483
Saldo de caixa	3	-	-	-	3	-	3
Outros Créditos	1	-	-	-	1	-	1
Valores a pagar	(22)	-	-	-	(22)	-	(0,00)
Títulos para negociação	113.997	530.195	211.091	1.471.257	2.326.459	3.910	2.330.369
NTN-B	-	259.812	-	119.728	379.540	-	379.540
NTN-F	31.451	-	-	-	31.451	-	31.451
Títulos mantidos até o vencimento	31.451	259.812	-	119.728	410.991	-	410.991
Total	145.358	790.007	211.091	1.590.985	2.737.441	3.910	2.741.351

6.2.2. Composição do fundo de investimento renda variável

Títulos	31/12/2011						
	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo de Aquisição	Ajuste a Valor Justo	Valor Contábil
Operações Compromissadas							
LFT - 1 DIA	12.216	-	-	-	12.216	-	12.216
Ajuste de DI FUTURO	(2)	-	-	-	(2)	-	(2)
Saldo de caixa	1	-	-	-	1	-	1
Valores a receber	182	-	-	-	182	-	182
Valores a pagar	(203)	-	-	-	(203)	-	(203)
BRADSPAR	1.075	-	-	-	1.075	(251)	824
BMF BOVESPA	1.906	-	-	-	1.906	(64)	1.842
COMGAS	501	-	-	-	501	156	657
CEMIG	1.076	-	-	-	1.076	155	1.231
SID NACIONAL	2.708	-	-	-	2.708	(1.330)	1.378
ELETROPULO	1.788	-	-	-	1.788	37	1.825
EQUATORIAL	908	-	-	-	908	106	1.014
AES TIETE S/A	1.160	-	-	-	1.160	116	1.276
GERDAU	2.614	-	-	-	2.614	(911)	1.703
LOJ AMER	1.185	-	-	-	1.185	(77)	1.108
LIGHT	800	-	-	-	800	64	864
MR ENGENH	346	-	-	-	346	(100)	246
OGX PETRÓLEO	1.042	-	-	-	1.042	(361)	681
PETROBRAS	5.267	-	-	-	5.267	(1.366)	3.901
REDECARD	1.165	-	-	-	1.165	119	1.284
ROSSI RESID	1.535	-	-	-	1.535	(767)	768
SUL AMÉRICA	638	-	-	-	638	87	725
TELEFÔNICA BRASIL S/A	1.957	-	-	-	1.957	119	2.076
TELEMAR	1.660	-	-	-	1.660	(427)	1.233
TIM PART S/A	272	-	-	-	272	75	347
CIA EE PAUL	1.245	-	-	-	1.245	205	1.450
VALE S.A.	4.409	-	-	-	4.409	(434)	3.975
Total	47.451	-	-	-	47.451	(4.849)	42.602

Títulos	31/12/2010						
	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo de Aquisição	Ajuste a Valor Justo	Valor Contábil
Operações Compromissadas							
LFT - 1 DIA	98	-	-	-	98	-	98
LTN - 1 DIA	2.875	-	-	-	2.875	-	2.875
Ajuste de DI FUTURO	6	-	-	-	6	-	6
Saldo de caixa	2	-	-	-	2	-	2
Outros Créditos	152	-	-	-	152	-	152
Valores a pagar	(116)	-	-	-	(116)	-	(116)
BRAD PART	1.075	-	-	-	1.075	51	1.126
SID NACIONAL	2.446	-	-	-	2.446	(232)	2.214
GERDAU	2.346	-	-	-	2.346	-	2.346
JBS S.A.	1.925	-	-	-	1.925	(46)	1.879
LOJ AMER	1.004	-	-	-	1.004	(24)	980
MARFRIG	1.096	-	-	-	1.096	(104)	992
MR ENGENH	1.012	-	-	-	1.012	(75)	937
OGX PETRÓLEO	2.500	-	-	-	2.500	(200)	2.300
PAO-DE-ACÚCAR	1.289	-	-	-	1.289	201	1.490
PETROBRAS	5.731	-	-	-	5.731	(341)	5.390
ROSSI RESID	1.535	-	-	-	1.535	(115)	1.420
RELE CL SUL	272	-	-	-	272	(17)	255
TELEMAR	2.695	-	-	-	2.695	(310)	2.385
VALE S.A.	4.409	-	-	-	4.409	688	5.097
Total	32.352	-	-	-	32.352	(524)	31.828

6.3. Movimentação das aplicações financeiras

Títulos	31/12/2010						
	Saldo em 31/12/2010	Aplicações	Resgates	Juros	Rendimentos	Ajuste a valor justo	Saldo em 31/12/2011
CDB	143.558	150.004	-	-	27.621	261	321.444
DPGE	247.983	81.000	(74.790)	-	33.834	-	286.027
LETRA FINANCEIRA	-	110.000	-	-	1.694	98	111.792
DEBÊNTURES	605.338	220.776	(136.495)	(78.712)	78.462	5.853	695.222
CRI	126.668	14.261	(6.763)	(2.331)	10.051	-	5.609
NTN-B	207.975	170.854	(80.000)	(11.431)	31.262	-	355.683
NTN-F	233.359	(42.977)	(22.452)	(26.402)	237.909	-	237.909
Fundos exclusivos	2.773.179	1.421.012	(1.474.150)	-	352.951	-	3.072.962
Fundos não exclusivos	51.474	116.302	(38.343)	-	8.328	-	137.761
TOTAL DA CARTEIRA	4.389.534	2.284.269	(1.853.518)	(114.926)	571.047	6.212	5.282.558
Títulos	31/12/2009						
	Saldo em 31/12/2009	Aplicações	Resgates	Juros	Rendimentos	Ajuste a valor justo	Saldo em 31/12/2010
CDB	90.729	40.000	-	-	12.064	765	143.558
DPGE	207.922	120.000	(103.401)	-	23.462	-	247.983
DEBÊNTURES	456.519	230.894	(96.465)	(47.072)	59.268	2.194	605.338
NOTA PROMISSÓRIA	65.983	-	(67.890)	-	1.907	-	-
LTN	142.144	171.198	(203.485)	-	16.811	-	126.668
NTN-B	190.679	123.044	(59.513)	(9.929)	23.694	-	207.975
NTN-F	211.084	183.083	(169.311)	(13.422)	21.925	-	233.359
Fundos exclusivos	2.502.060	1.470.609	(1.485.370)	-	285.880	-	2.773.179
Fundo não exclusivo	1.674	50.830	(1.788)	-	738	-	51.474
TOTAL DA CARTEIRA	3.808.794	2.389.658	(2.187.203)	(70.423)	445.749	2.959	4.389.534

6.4. Determinação do valor justo

Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data do balanço.

O valor justo das aplicações dos fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANBIMA). Os títulos de renda fixa privados tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ABRAMEF) ou por meio da utilização de metodologia de precificação definida pela BB Gestão de Recursos DTVM S.A. (BB-DTVM).

Para a determinação do valor justo das debêntures são utilizadas cotações diárias fornecidas pela ANBIMA. Para os CDBs foi desenvolvido um modelo de marcação a mercado que utiliza como base e parâmetros os negócios efetivados nos fundos de investimentos administrados pela BB-DTVM, além de consultas na BMF & BOVESPA.

Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANDIMA e BMF & Bovespa para cálculos e apuração constante no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autregulação da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID).

Os investimentos mantidos até o vencimento estão registrados e divulgados pelo valor de custo, sendo o valor justo apresentado apenas para fins de divulgação (Nota 6.1).

6.5. Hierarquia de valor justo

A Companhia classifica os instrumentos financeiros em três níveis de subjetividade na determinação do valor justo. Os diferentes níveis são definidos conforme segue:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis)

Títulos	31/12/2011			31/12/2010		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Carteira Própria						
CDB	-	321.444	321.444	-	143.558	143.558
DPGE	-	286.027	286.027	-	247.983	247.983
DEBÊNTURES	-	695.222	695.222	-	605.338	605.338
LETRA FINANCEIRA	-	111.792	111.792	-	-	-
CRI	-	5.609	5.609	-	-	-
Total	-	1.422.094	1.422.094	-	996.879	996.879
Quotas de Fundos Investimentos Exclusivos						
Renda Fixa						
Operações compromissadas	157.735	-	157.735	53.912	-	53.912
LFT	1.231.899	-	1.231.899	970.420	-	970.420
LTN	684.778	-	684.778	577.590	-	577.590
NTN-B	400.860	-	400.860	377.479	-	377.479
NTN-F	426.159	-	426.159	350.864	-	350.864
DI FUTURO	(111)	-	(111)	(370)	-	(370)
Saldo de caixa	3	-	3	3	-	3
Outros Créditos	1	-	1	1	-	1
Valores a pagar	(13)	-	(13)	(22)	-	(22)
Total	2.901.311	-	2.901.311	2.329.877	-	2.329.877
Renda Variável						
Operações compromissadas	12.216	-	12.216	2.973	-	2.973
Ações	30.408	-	30.408	28.811	-	28.811
Ajuste de DI FUTURO	(2)	-	(2)	6	-	6
Saldo de caixa	1	-	1	2	-	2
Outros Créditos	182	-	182	152	-	152
Valores a pagar	(203)	-	(203)	(116)	-	(116)
Total	42.602	-	42.602	31.828	-	31.828
Quotas de Fundos Investimento Não Exclusivos						
Fundo BB Curto Prazo R\$ 600 MI	-	4.707	4.707	-	-	-
Total	-	4.707	4.707	-	-	-
Total da Carteira	2.943.913	1.426.801	4.370.714	2.361.705	996.879	3.358.584

Obs.: Não foram considerados os papéis da carteira e dos fundos que correm na curva.

6.6. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia adota um processo de mensuração e monitoramento do risco de flutuação nas taxas de juros e dos prazos em condições normais e adversas de mercado.

Por meio da Resolução BACEN nº 3.358/06, que regulamenta a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas e das diretrizes emanadas pelo Comitê Financeiro, está previsto na política de investimento da Companhia a possibilidade de manter instrumentos financeiros derivativos em contratos de futuro DI mantidos nos fundos de investimentos exclusivos, com a finalidade de se proteger em relação às flutuações das taxas de juros.

Os fundos de investimentos exclusivos têm limites de exposição a riscos estabelecidos na política de investimentos da Companhia e são acompanhados pela Administração.

31/12/2011						
Fundo BB CAP - Renda Fixa	Início da Posição	Vencimentos	Contratos	Taxa aplicada % a.a. - DI PRÉ OVER da CETIP		
				PU Mercado	Posição Comprada	Posição
LTN	24/03/2010	02/01/2013	DI1F13	10,40%	13,990	305
NTN-F	09/02/2010	02/01/2014	DI1F14	10,48%	28,720	1.040
NTN-F	14/10/2010	02/01/2015	DI1F15	10,75%	59,770	785
NTN-F	09/02/2010	02/01/2017	DI1F17	10,96%	27,060	585
LTN	04/01/2011	01/04/2013	DI1J13	10,13%	17,720	100
LTN	24/03/2010	02/07/2012	DI1N12	10,15%	6,350	960
LTN	18/05/2010	01/07/2013	DI1N13	10,26%	9,900	550
					4.335	111

31/12/2010							
Fundo BB CAP - Renda Fixa	Início da Posição	Vencimentos	Contratos	Taxa aplicada % a.a. - DI PRE OVER da CETIP		Posição	Posição
				PU Mercado	Comprada		
LTN	22/03/2010	03/01/2011	DI1F11	-	(0,08)	300	(0)
LTN	24/03/2010	02/01/2013	DI1F13	12,26%	75,360	205	15
NTN-F	09/02/2010	02/01/2014	DI1F14	12,12%	71,409	1.535	110
NTN-F	14/10/2010	02/01/2015	DI1F15	12,04%	139,200	85	12
NTN-F	09/02/2010	02/01/2017	DI1F17	11,90%	220,450	495	109
LTN	09/02/2010	02/01/2011	DI1J11	11,15%	4,040	325	1
LTN	19/03/2010	01/04/2011	DI1N11	11,61%	16,100	100	2
LTN	24/06/2010	01/07/2011	DI1N12	12,29%	61,781	1.950	121
						5.005	37

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Valores expressos em milhares de Reais)

10.3. Resultado do exercício

	31/12/2011	31/12/2010
Imposto de renda		
Corrente.....	(71.119)	(48.366)
Diferido.....	3.560	3.476
Ajuste pela entrega da declaração.....	-	(114)
	(67.559)	(44.904)
Contribuição social		
Corrente.....	(44.155)	(27.550)
Despesas exercícios anteriores (Nota 11.4).....	(7.145)	-
Despesas exercícios anteriores.....	(2.716)	-
Diferido.....	15.537	(419)
Ajuste pela entrega da declaração.....	-	(8)
	(38.479)	(27.977)

Apresentamos a seguir a reconciliação da alíquota efetiva aplicada na apuração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social nos períodos mencionados acima:

a) Imposto de renda

	31/12/2011	31/12/2010
1) Resultado antes do IR e da CSLL, da despesa de JCP e após a participação dos empregados.	271.114	182.892
- Resultado antes dos tributos.....	275.341	186.624
- Participações dos empregados.....	(4.227)	(3.732)
2) Adições(exclusões) permanentes:	6.529	5.076
- Dividendos recebidos.....	-	(1)
- Despesas/reversões não dedutíveis.....	8.428	2.540
- Ajustes decorrentes da Lei nº 11.638/2007.....	(780)	242
- Outras adições(exclusões).....	(1.119)	2.295
3) Adições(exclusões) temporárias:	18.216	13.902
- Provisão para passivo previdenciário.....	743	-
- Ajustes com títulos e valores mobiliários.....	(5.219)	(3.763)
- Provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.....	19.333	17.323
- Outras adições(exclusões).....	3.359	342
4) Base de cálculo dos encargos incidentes	295.859	201.870
5) Imposto de Renda:	71.119	48.366
- alíquota de 15%.....	44.379	30.281
- adicional de 10%.....	29.562	20.163
- Incentivos fiscais.....	(2.822)	(2.078)

6) Aliquota efetiva **26,2320%** **26,4451%**

b) Contribuição social

	31/12/2011	31/12/2010
1) Resultado antes do IR e da CSLL, da despesa de JCP e após a participação dos empregados	271.114	182.892
- Resultado antes dos tributos.....	275.341	186.624
- Participações dos empregados.....	(4.227)	(3.732)
2) Adições(exclusões) permanentes:	5.035	3.567
- Dividendos recebidos.....	-	(2)
- Despesas/reversões não dedutíveis.....	7.905	1.843
- Ajustes decorrentes da Lei nº 11.638/2007.....	(780)	242
- Outras adições(exclusões).....	(2.090)	1.484
3) Adições(exclusões) temporárias:	18.216	(2.792)
- Ajustes com títulos e valores mobiliários.....	(5.219)	(3.763)
- Provisão para passivo previdenciário.....	743	-
- Provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.....	19.333	1.000
- Outras adições(exclusões).....	3.359	(29)
4) Base de cálculo:		
- Para cálculo da alíquota de 15%.....	294.365	183.667
5) Contribuição Social:	44.155	27.550
- alíquota de 15%.....	44.155	27.550
6) Aliquota efetiva:	16,2864%	15,0635%

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

11.1. Composição dos Depósitos Judiciais Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

	Saldo em 31/12/2010		Atualização (Pagamentos) /	Saldo em
	Reclassificado	Adições	Monetária	31/12/2011
Contribuição social	45.259	13.971	4.504	- 63.734
Cofins	138.937	16.098	11.819	- 166.854
Imposto de renda	73.911	4.132	5.635	- 83.678
Programa de Integração Social -- PIS	16.531	2.620	2.354	- 21.505
INSS	754	749	123	- 1.626
Subtotal	275.392	37.570	24.435	- 337.397
Cíveis	74	-	-	- 74
Trabalhistas	71	6	-	(6) 71
Outras provisões	1.095	-	79	(34) 1.140
Subtotal	1.240	6	79	(40) 1.285
Total	276.632	37.576	24.514	(40) 338.682

	Saldo em 31/12/2009	Adições	Atualização Monetária	(Pagamentos) / (Baixas)	Saldo em 31/12/2010
Contribuição social.....	33.783	9.093	2.437	(54)	45.259
Cofins.....	117.042	14.235	7.660	-	138.937
Imposto de renda.....	64.722	5.246	3.943	-	73.911
Programa de Integração Social – PIS.....	12.934	2.575	1.022	-	16.531
INSS.....	99	573	28	54	754
Subtotal.....	228.580	31.722	15.090	-	275.392
Cíveis.....	74	-	-	-	74
Trabalhistas.....	59	18	-	(6)	71
Outras provisões.....	1.034	-	61	-	1.095
Subtotal.....	1.167	18	61	(6)	1.240
Total.....	229.747	31.740	15.151	(6)	276.632

11.2. Composição das provisões fiscais, trabalhistas e cíveis

	Saldo em 31/12/2010	Adições	Atualização Monetária	(Resgates) / (Baixas)	Saldo em 31/12/2011
Contribuição social.....	51.906	32.268	2.419	-	86.593
Cofins.....	142.056	16.617	11.788	-	170.461
Imposto de renda.....	78.044	11.038	5.636	-	94.718
Programa de Integração Social – PIS.....	18.125	2.700	2.433	-	23.258
INSS.....	808	743	114	-	1.665
Obrigações fiscais.....	290.939	63.366	22.390	-	376.695
Cíveis.....	202	9	-	(36)	175
Trabalhistas.....	185	93	-	(49)	229
Outras provisões.....	90	13	-	-	103
Passivos contingentes.....	477	115	-	(85)	507
Total.....	291.416	63.481	22.390	(85)	377.292

	Saldo em 31/12/2009	Adições	Atualização Monetária	(Resgates) / (Baixas)	Saldo em 31/12/2010
Contribuição social.....	39.037	11.024	1.845	-	51.906
Cofins.....	119.982	14.318	7.756	-	142.056
Imposto de renda.....	69.963	4.134	3.947	-	78.044
Programa de Integração Social – PIS.....	14.886	2.656	583	-	18.125
INSS.....	89	681	28	-	808
Obrigações fiscais.....	243.967	32.813	14.159	-	290.939
Cíveis.....	155	47	-	-	202
Trabalhistas.....	113	72	-	-	185
Outras provisões.....	119	13	-	(42)	90
Passivos contingentes.....	387	132	-	(42)	477
Total.....	244.354	32.945	14.159	(42)	291.416

	31/12/2011	31/12/2010
Discriminação das Provisões Trabalhistas		
Saldo do Início do Período.....	185	113
Total Pago no Período.....	-	(20)
Total Provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas no período.....	-	48
Quantidade de ações pagas no período.....	-	2
Novas constituições no período.....	107	155
Quantidade de ações referentes a novas constituições no período.....	3	6
Novas constituições referentes a citações do exercício base do questionário trimestral.....	-	120
Novas constituições referentes a citações no exercício nº 2.....	-	35
Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades.....	(63)	(62)
Saldo final do período.....	229	185

	31/12/2011	31/12/2010
Discriminação das Provisões Cíveis e Outras Provisões		
Saldo do Início do Período.....	292	274
Total Pago no Período.....	-	(38)
Total Provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas no período.....	-	2
Quantidade de ações pagas no período.....	-	11
Novas constituições no período.....	-	158
Quantidade de ações referentes a novas constituições no período.....	-	29
Novas constituições referentes a citações do exercício base do questionário trimestral.....	-	114
Novas constituições referentes a citações no exercício nº 2.....	-	44
Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades.....	(14)	(102)
Saldo final do período.....	278	292

11.3. Detalhamento dos processos por natureza de risco de perda

	31/12/2011			31/12/2010		
	Valor Estimado	Valor Contabilizado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Contabilizado	Quantidade
FISCAIS						
Provável.....	376.695	376.695	16	290.939	290.939	10
Possíveis.....	29.239	-	9	51.050	-	15
Remota.....	-	-	-	-	-	-
	405.934	376.695	25	341.989	290.939	25

	Valor Estimado	Valor Contabilizado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Contabilizado	Quantidade
TRABALHISTAS						
Provável.....	229	229	9	185	185	7
Possíveis.....	-	-	-	410	-	15
Remota.....	470	-	15	-	-	-
	699	229	24	595	185	22

	Valor Estimado	Valor Contabilizado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Contabilizado	Quantidade
CÍVEIS e Outras						
Provável.....	278	278	26	292	292	16
Possíveis.....	-	-	-	177	-	25
Remota.....	61	-	26	-	-	-
	339	278	52	469	292	41

A avaliação das chances das ações ajuizadas pela Companhia é realizada exclusivamente pelos advogados das causas, que utilizam o exame da jurisprudência (judicial ou administrativa) para fins de classificação, sob o acompanhamento de sua área jurídica.

11.4. Contingências com natureza de risco de perda provável

A Companhia constitui provisão para as causas classificadas como prováveis de perda. Em 31 de dezembro de 2011, as principais causas provisionadas são:

(i) Contribuição social - aplicação da alíquota de 8% - isonomia às pessoas jurídicas não financeiras, 3ª instância (Supremo Tribunal Federal - STF).

(ii) Contribuição social – Majoração de alíquota de 9% para 15% - lei nº 11.722/2008

(iii) Cofins - inconstitucionalidade da base de cálculo - Lei nº 9.718/98, 2ª instância (Tribunal Regional Federal - TRF 2ª Região).

(iv) Imposto de renda - dedutibilidade da contribuição social em sua base de cálculo, 3ª instância (Supremo Tribunal Federal - STF).

(v) PIS – questionado o recolhimento na forma instituída na emenda Constitucional de Revisão nº 17/97 e Medidas Provisórias que a regulamentam, 3ª instância (Supremo Tribunal Federal - STF).

(vi) INSS – inclusão do seguro de vida de empregados na base de cálculo do INSS, 2ª instância (Tribunal Regional Federal - TRF 2ª Região).

(vii) Adicionalmente, no ano foi constituída provisão de contribuição sobre o lucro líquido dos exercícios de 2003 a 2008 referentes à aplicação de multas de ofício pela Receita Federal do Brasil, calculadas sobre valores deduzidos da base de cálculo da CSLL, a título de tributos com exigibilidade suspensa (por meio de ações judiciais diversas). A mais alta instância administrativa - Câmara Superior de Recursos Fiscais - se manifestou pela primeira vez sobre a matéria em maio de 2011, dispondo pela indebitabilidade de tais despesas por representarem caráter de provisão. A decisão alterou o prognóstico das causas de perda remota para perda provável. Os montantes apurados seguem descritos abaixo:

Ano Calendário	Principal	Atualização Monetária	Multa	Total
2003	634	625	475	1.734
2004	844	704	633	2.181
2005	861	567	646	2.074
2006	976	508	732	2.216
2007	962	393	721	2.076
2008	1.057	306	1.322	2.685
2009 (*)	771	153	-	924
2010 (*)	1.039	107	-	1.146
Total	7.144	3.363	4.529	15.036

Em 31 de agosto do exercício 2011, a Companhia recolheu por meio de denúncia espontânea parte dos valores devidos e depositou judicialmente a diferença referente aos exercícios de 2009 e 2010.

11.5. Contingências fiscais com a natureza de risco de perda possível

Até 31 de dezembro de 2011, o contingente classificado como perda possível representava um montante de R\$ 29.239, atualizado pela taxa Selic, sendo as principais questões discutidas em processos administrativos tributários:

• IRPJ e CSLL – referem-se à aplicação de multas de ofício pela Receita Federal do Brasil, calculadas sobre os valores correspondentes à remuneração das provisões matemáticas (TR mais juros) excluídos quando da apuração das bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social devidos por estimativa nos períodos de 1998 e 1999.

• PIS – para determinados períodos de 1998 e 1999, motivada pelo mesmo argumento constante dos autos do imposto de renda e da contribuição social, referendados no item anterior.

• Cofins - refere-se à aplicação de multas de ofício pela Receita Federal do Brasil, calculadas sobre o tributo calculado segundo o alargamento do conceito de faturamento, discutido em ação judicial em curso.

• IRPJ, IRRF, PIS e CSLL - referem-se à aplicação de multas de ofício pela Receita Federal do Brasil, calculadas sobre valores dos tributos, de determinados períodos, efetivamente recolhidos segundo a faculdade da denúncia espontânea.

12. INVESTIMENTOS

Os investimentos referem-se a imóveis destinados a renda, e a aplicações em incentivos fiscais, neste caso, reconhecidos de acordo com a legislação do imposto de renda e ajustados por meio de provisão para desvalorização.

	31/12/2011	31/12/2010
Incentivos fiscais.....	9.010	9.010
(-) Provisão para desvalorização.....	(6.513)	(6.513)
Imóveis destinados à renda.....	616	616
(-) Depreciação - Edificações.....	(346)	(325)
	2.767	2.788

13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

13.1 Composição do imobilizado e intangível

		31/12/2011		31/12/2010		
	Imobilizado	Taxa anual de depreciação %	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos			83	-	83	83
Edificações		4	482	(268)	214	234
Benefetorias em imóveis de terceiros		10	2.384	(1.918)	466	580
Instalações		10	1.497	(1.032)	465	560
Veículos		20	314	(37)	277	207
Equipamentos de arrendamento mercantil - Lei nº 11638/2007		20	6.710	(2.868)	3.842	2.382
Equipamentos e máquinas, móveis e utensílios		10 e 20	6.696	(4.305)	2.391	2.235
Aquisições em curso			-	-	-	1.721
		Total	18.166	(10.428)	7.738	8.092
	Intangível	Taxa anual de amortização %	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Softwares		20	19.612	(9.486)	10.126	5.704
		Total	19.612	(9.486)	10.126	5.704

13.2 Movimentação do imobilizado e intangível no período

	Imóveis	Benefetorias em Imóveis de terceiros	Instalações	Veículos	Equipamentos de Leasing	Equipamentos e Máquinas e utensílios	Aquisições em Curso	Intangível	TOTAL
Saldos Líquidos em 31/12/2010.....	317	580	560	207	2.382	2.235	1.721	5.704	13.796
Aquisição.....	-	-	-	313	2.810	802	1.924	6.356	12.205
Alienação/baixas.....	-	-	-	(184)	(72)	(23)	-	-	(279)
Reclassificações.....	-	-	-	-	-	-	(3.645)	(222)	(3.867)
Despesa de Depreciação / Amortização.....	(20)	(114)	(95)	(59)	(1.278)	(623)	-	(1.712)	(3.901)
Saldos Líquidos em 31/12/2011.....	297	466	465	277	3.842	2.391	-	10.126	17.864

14. CONTAS A PAGAR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Valores expressos em milhares de Reais)

15.2 Movimentação das provisões técnicas

	31/12/2011	31/12/2010
Saldo anterior	4.193.924	3.620.161
(*) Constituições	2.963.019	2.387.728
(-) Resgates	(2.474.278)	(2.060.794)
(*) Atualização monetária	312.198	249.311
(-) Prescrição de títulos de capitalização	(2.168)	(2.452)
Saldo atual	4.992.695	4.193.924

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1. Capital social

Em 15 de junho de 2011, foi realizada Assembleia Geral de Acionistas para deliberar, dentre outros assuntos, a alteração do Estatuto Social da Companhia a fim de permitir que as ações ordinárias de emissão da Companhia possam ser convertidas em ações preferenciais, na proporção de 1 CN para 1 PN, operação ratificada na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 05 de agosto de 2011.

O capital social subscrito e integralizado até 31 de dezembro de 2011 está representado por 324.000.000 de ações, sendo 216.010.804 ordinárias e 107.989.196 preferenciais, nominativas, sem valor nominal.

Acionistas	Ações ON	% ON	Ações PN	% PN	Total Ações	Capital Total
BB Seguros Participações S.A.	107.989.196	49,99%	107.989.196	100,00%	215.978.394	66,66%
Cia. de Seguros Aliança da Bahia	51.197.948	23,70%	-	-	51.197.948	15,80%
Icatu Seguros S.A.	54.010.798	25,00%	-	-	54.010.798	16,67%
Acionistas Minoritários	2.812.860	1,31%	-	-	2.812.860	0,87%
Total	216.010.804	100,00%	107.989.196	100,00%	324.000.000	100,00%

16.2. Dividendos e distribuição do resultado do exercício

Aos acionistas são garantidos estatutariamente dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado do exercício em consonância com a legislação em vigor.

No exercício de 2011, do lucro apurado de R\$ 165.076, foram pagos a título de dividendos antecipados a importância de R\$ 64.117 aprovados em reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de setembro de 2011. Adicionalmente, a Administração encaminhará proposta aos acionistas para distribuição de dividendos complementares no valor de R\$ 81.634 e constituição de Reservas de Lucros o total de R\$ 19.325.

No exercício de 2010, do lucro apurado de R\$ 110.011 a Companhia distribuiu dividendos no montante de R\$ 78.707 e destinou R\$ 31.304 à constituição da Reserva de Lucros.

Abaixo demonstramos o cálculo da distribuição dos resultados em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	31/12/2011	31/12/2010
Lucro Líquido do exercício	165.076	110.011
Proposta de distribuição do Lucro Líquido:		
Dividendos Obrigatórios (25%)	(41.269)	(19.677)
Dividendos Complementares	(22.848)	(35.628)
Dividendos Antecipados	(64.117)	(55.506)
Dividendos Adicionais Propostos	(81.635)	(23.202)
Constituição de Reservas de Lucros	(19.324)	(31.304)
Constituição de Reservas de Lucros	(100.959)	(54.506)

16.3. Reservas de capital

A reserva de capital corresponde ao saldo remanescente de subvenções de incentivos fiscais, desta forma, será mantida até a sua total destinação na forma prevista na Lei 6.404/76 e suas alterações.

16.4. Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída, ao final do exercício social, à razão de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir o limite de 20% do capital social, em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e Estatuto Social.

Outras reservas de lucros

Compostas por reservas estatutárias destinadas ao reforço do capital circulante e à aplicação em ativos, principalmente para garantir patrimônio líquido mínimo exigido à comercialização dos produtos da Companhia, em conformidade com o Estatuto Social e a legislação vigente e dividendos adicionais propostos pela administração a serem pagos por deliberação da Assembleia Geral.

17. CONCILIAÇÃO ENTRE LUCRO LÍQUIDO E CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	31/12/2011	31/12/2010
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	165.076	110.011
MAIS: - Depreciações e Amortizações	3.899	3.764
- Prejuízo na venda de investimentos ou imobilizado	110	1.077
MENOS: - Lucro na Venda de investimentos ou imobilizado	4	-
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
- Variação de Aplicações	(893.024)	(582.415)
- Variação de Títulos e Créditos a Receber	(87.669)	(45.297)
- Variação das Despesas Antecipadas	134	(1.343)
- Variação de Contas a Pagar	22.481	15.095
- Variação de Débitos de Operações com Capitalização	166	5
- Variação das Provisões Técnicas - Capitalização	798.771	573.763
- Variação de Outros Passivos Contingentes	85.786	47.998
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	95.734	122.659

18. DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO (PLA)

	31/12/2011	31/12/2010
		Reclassificado
Patrimônio líquido	243.708	165.951
Despesas antecipadas	(1.771)	(1.905)
Ativo intangível	(10.126)	(5.704)
Obras de Arte	(5)	-
Patrimônio líquido ajustado	231.806	158.342

19. DETALHAMENTO DAS CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

	31/12/2011	31/12/2010
Despesas de comercialização		
Colocação	(420)	(385)
Corretagem	(193.916)	(180.867)
Custeamento de vendas	(15.897)	(19.002)
	(210.233)	(200.254)
Outras receitas e despesas operacionais		
Confecção e postagem de títulos	(2.531)	(2.028)
Prescrição de títulos de capitalização	2.160	2.519
Provisões para ações judiciais	30	(653)
Central de atendimento	(7.614)	(7.401)
Outras receitas/despesas	(413)	(556)
	(8.368)	(8.119)
Despesas administrativas		
Pessoal próprio	(36.601)	(35.813)
Prestadores de serviços	(18.501)	(14.919)
Localização e funcionamento	(9.375)	(8.698)
Arrendamento mercantil e depreciação - Lei nº 11.638/2007	(2.509)	(2.549)
Publicidade e propaganda	(2.858)	(3.052)
Publicações	(765)	(758)
Donativos e contribuições	(2.509)	(2.120)
Diversas	(5.015)	(670)
	(78.133)	(68.579)
Tributos		
PIS	(2.700)	(2.327)
Cofins	(16.616)	(14.317)
Taxa de fiscalização – Susep	(1.409)	(1.163)
Outros	(202)	(173)
	(20.927)	(17.980)

	31/12/2011	31/12/2010
Receitas financeiras		
Títulos de renda fixa - privados	148.285	100.465
Títulos de renda fixa - públicos	67.715	62.416
Títulos de renda variável	-	2
Quotas de fundo de investimento	360.821	285.880
Outras receitas	2.737	874
	579.538	449.637

Despesas financeiras

Atualização monetária e juros das provisões técnicas	(312.434)	(249.314)
Taxa de administração da carteira	(60.615)	(54.021)
Outras despesas financeiras	(4.085)	(1.871)
	(377.114)	(305.006)

Resultado patrimonial

Receitas com imóveis de renda	151	141
Despesas com imóveis de renda	(21)	(22)
	130	119

Ganhos e perdas com ativos não correntes

Resultado na alienação de bens do ativo permanente	(106)	(1.076)
Outras receitas não operacionais	1	82
	(105)	(994)

20. PARTES RELACIONADAS

Referem-se às operações com administradores e Companhias integrantes do grupo financeiro do Banco do Brasil S.A., as quais foram realizadas em condições consideradas compatíveis com as de mercado. As operações realizadas no ano correspondem a:

	31/12/2011	31/12/2010
Ativo	688	408
Banco do Brasil S.A.	652	385
Disponibilidades	652	385
BrasilVeículos Companhia de Seguros S/A	13	-
Despesas antecipadas - Seguros	13	-
Companhia de Seguros Aliança do Brasil S.A.	8	11
Despesas antecipadas - Seguros	8	11
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	2	-
Títulos e créditos a receber	2	-
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	13	12
Títulos e créditos a receber	13	12
Passivo	16.308	8.515
Companhia de Seguros Aliança do Brasil S.A.	-	2
Contas a pagar	-	2
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	41	52
Comissões a pagar	41	52
Banco do Brasil S.A. – Banco de Investimentos	15.495	7.817
BB Seguros e Participações S.A.	-	-
Contas a pagar	15.495	7.817
Banco do Brasil S.A.	50	16
Contas a pagar	50	16
Administradores	722	628
Contas a pagar	722	628
Resultado	(266.261)	(245.656)
Brasilveículos Companhia de Seguros	(13)	(13)
Despesas administrativas	(13)	(13)
Companhia de Seguros Aliança do Brasil S.A.	(20)	(22)
Despesas administrativas	(20)	(22)
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	(47.358)	(45.575)
Despesas de comercialização	(47.358)	(45.575)
Banco do Brasil S.A. – Banco de Investimentos	(60.658)	(54.332)
Despesas financeiras	(60.658)	(54.332)
Banco do Brasil S.A.	(153.610)	(141.818)
Despesas de comercialização	(153.550)	(141.780)
Despesas administrativas	(80)	(38)
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	(253)	(265)
Despesas administrativas	(253)	(253)
Administradores	(4.500)	(3.772)
Despesas administrativas	(4.500)	(3.772)
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	151	141
Receitas patrimoniais	151	141

21. TAXAS DE CARREGAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS COMERCIALIZADOS

21.1 Carregamento

De acordo com as notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP, os principais produtos comercializados pela Companhia possuem as seguintes taxas de carregamento:

Pagamento Mensal (PM)		
Produto	Cota de Carregamento	
Ourocap 200 Anos	10,71%	
Ourocap Empresa	9,26%	
Ourocap Flex/Estilo Flex	27,19%	
Ourocap MultiChance	7,29%	
Ourocap MultiSorte 24P	4,35%	
Ourocap MultiSorte 36P	6,45%	
Ourocap Reserva	13,84%	
Ourocap Empresa Flex	18,70%	

Pagamento Único (PU)		
Produto	Cota de Carregamento	
Ourocap Fiador/Cap Fiador	11,93%	
Ourocap Prêmio/Estilo Prêmio	12,38%	

21.2 Comercialização

Índice de Comercialização	dez/11	dez/10
Títulos de Pagamentos Únicos (PU)	6,88%	6,91%
Títulos de Pagamentos Mensais (PM)	5,64%	6,82%
Total	6,18%	6,88%

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e aos Administradores da Brasilcap Capitalização S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Brasilcap Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2011, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis, adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP - e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasilcap Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Outros Assuntos

Auditoria das demonstrações do valor adicionado e balanço social

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado - DVA e do balanço social referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas pela administração da Companhia, como informações suplementares, cuja apresentação não são requeridas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes do exercício anterior

Em 4 de abril de 2011, a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados (incorporada em 2 de dezembro pela KPMG Auditores Independentes). A BDO Auditores Independentes auditou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatório datado em 10 de fevereiro de 2011 que não conteve modificação.

Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2012



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Luiz Carlos de Carvalho
Contador CRC SP197193/O-6 "S" RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ086312/O-6



BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ 15.138.043/0001-05
www.brasilcap.com

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.

O Conselho Fiscal da BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, inclusive aquelas conferidas pelos incisos II, III e VII, do artigo 163, da Lei nº 6.404/76, atualizada com a Lei nº 10.303/2001, declara haver procedido ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31/12/2011, tendo concluído, com base nesse exame e no Parecer da Auditoria Externa – KPMG Auditores Independentes, que referidas demonstrações refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia. Manifesta, ainda, com base no disposto no inciso III do artigo 163, da Lei 6.404/76, atualizada com a Lei nº 10.303/2001, seu parecer

favorável à Proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, para destinação do lucro líquido do exercício de 2011, pagamentos de dividendos complementares; e a ratificação das deliberações do Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, em reunião de 05/09/2011, relativamente ao pagamento de dividendos à conta de lucros apurados no semestre encerrado em 30/06/2011, pagos na data de 16/09/2011; e desta data, ao pagamento dos dividendos complementares referentes ao exercício de 2011, a serem pagos após a publicação do Balanço de 2011. Assim, por seus membros abaixo assinados, o Conselho Fiscal recomenda que os citados documentos sejam aprovados pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2012

Antonio Carlos Dantas Mattos
Conselheiro

Osvaldo de Salles Guerra Cervi
Conselheiro

Paulo Sérgio Navarro
Conselheiro

Romano Guido Nello Gaucho Allegro
Conselheiro

COMITÊ DE AUDITORIA - RESUMO DO RELATÓRIO DO EXERCÍCIO DE 2011

O Comitê de Auditoria da Brasilcap, no uso de suas atribuições, observado o disposto na Resolução CNSP Nº 118/2004 e em seu Regimento Interno, declara o seguinte:

I - Foram realizadas reuniões mensais para exame das Demonstrações Financeiras e acompanhamento dos Controles Internos da Companhia. Realizadas reuniões trimestrais com a Presidência; mensais com a Auditoria Interna; e trimestrais com a Auditoria Externa, para exame dos respectivos relatórios. Realizadas reuniões trimestrais com os membros do Conselho Fiscal da Companhia, para exame dos pareceres emitidos acerca das demonstrações financeiras da empresa. Foram revisadas as metodologias de Controles Internos utilizadas e sugeridas melhorias de processos.

II - O Comitê de Auditoria tomou conhecimento das recomendações de aperfeiçoamento sugeridas pelas Auditorias Externa e Interna, dos ajustes dos mecanismos dos controles internos da Companhia e das recomendações da Fiscalização da SUSEP e acompanhou o andamento dos trabalhos durante o exercício.

III - Foi examinado e acompanhado o inteiro teor dos relatórios emitidos pelas Auditorias Externa e Interna acerca das atividades desenvolvidas pela Companhia, considerando-se satisfatório o andamento dos trabalhos e o cumprimento das recomendações apresentadas.

IV - Foi avaliada a efetividade das Auditorias Externa e Interna da Companhia, cujos trabalhos atendem, satisfatoriamente, aos propósitos aos quais se destinam.

V - Foram avaliados: a) O Balanço Patrimonial relativo ao Exercício encerrado em 31/12/2011; b) Demais Demonstrações Financeiras; c) As respectivas Notas Explicativas; d) O Relatório da Administração; e e) Os Pareceres da Auditoria Externa - KPMG Auditores Independentes, e do Conselho Fiscal, documentos esses que se encontram em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas editadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2012

Nelson de Menezes Filho
Coordenador do Comitê

Murilo Francisco Barella
Membro do Comitê

Alexandre Petrone Viliardi
Membro do Comitê

PARECER ATUARIAL DO EXERCÍCIO DE 2011

De acordo com os princípios atuariais e legislações vigentes de capitalização, atestamos que as provisões técnicas do exercício de 2011 da Brasilcap Capitalização S.A. se encontram adequadas e em conformidade com as suas Notas Técnicas Atuariais, aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e consistentes com o relatório de Avaliação Atuarial. Informamos que a provisão de contingência de sorteio será continuada no próximo exercício, com base em metodologia descrita na Avaliação Atuarial.

Verificamos também que, de acordo com a metodologia utilizada pela empresa, não há necessidade de constituição de provisão administrativa. Não há fatos relevantes a declarar.

Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2012

Jacqueline Marques Lana
Miba: 784

Jollison Rodrigues Ferreira
Diretor

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Paulo Rogério Cattarelli

CONSELHEIROS

Geraldo Afonso Dezena da Silva

Luís Inácio Lucena Adams

Dyogo Henrique de Oliveira

Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga

PRESIDENTE

Marcio Lobão

CONTADOR

Jairton Cardoso Guimarães
CRC-RJ 077462/O-4

DIRETORIA

DIRETORES

Jollison Rodrigues Ferreira

Rogério Gagnani Leite

Ana Júlia de Vasconcelos Carepa

ATUÁRIA

Jacqueline Marques Lana
MIBA 784

BALANÇO SOCIAL ANUAL / 2011

1 - Base de Cálculo	2011 Valor (Mil reais)	2010 Valor (Mil reais)
Receita líquida (RL)	390.553	337.799
Resultado operacional (RO)	275.446	187.618
Folha de pagamento bruta (FPB)	15.754	15.580

2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	3.318	21,06%	0,85%	3.960	25,61%	1,18%
Encargos sociais compulsórios	7.786	49,42%	1,99%	7.173	46,04%	2,12%
Previdência privada	253	1,61%	0,06%	265	1,70%	0,08%
Saúde	3.286	20,86%	0,84%	3.508	22,51%	1,04%
Segurança e medicina no trabalho	55	0,35%	0,01%	44	0,28%	0,01%
Educação	56	0,36%	0,01%	50	0,32%	0,01%
Cultura	195	1,24%	0,05%	328	2,11%	0,10%
Capacitação e desenvolvimento profissional	407	2,58%	0,10%	684	4,39%	0,20%
Creches ou auxilio-creche	236	1,50%	0,06%	237	1,52%	0,07%
Participação nos lucros ou resultados	4.227	26,83%	1,08%	3.775	24,23%	1,12%
Outros	776	4,93%	0,20%	989	6,35%	0,29%
Total - Indicadores sociais internos	20.595	130,73%	5,27%	21.043	135,06%	6,23%

3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	399	0,14%	0,10%	569	0,30%	0,17%
Cultura	1.898	0,69%	0,49%	1.122	0,60%	0,33%
Saúde e saneamento	92	0,03%	0,02%	96	0,05%	0,03%
Esporte	350	0,13%	0,09%	637	0,34%	0,19%
Combate à fome e segurança alimentar	45	0,02%	0,01%	20	0,01%	0,01%
Outros	458	0,17%	0,12%	241	0,13%	0,07%
Total das contribuições para a sociedade	3.242	1,18%	0,83%	2.684	1,43%	0,79%
Tributos (excluídos encargos sociais)	146.062	53,03%	37,40%	93.917	50,06%	27,80%
Total - Indicadores sociais externos	149.304	54,21%	38,23%	96.601	51,49%	28,59%

4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	896	0,33%	0,23%	643	0,34%	0,19%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	139	0,07%	0,04%
Total dos investimentos em meio ambiente	896	0,33%	0,23%	782	0,41%	0,23%

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral	(x) não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	(x) não possui metas	() cumpre de 51 a 75%
na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 76 a 100%

5 - Indicadores do Corpo Funcional		
Nº de empregados(as) ao final do período	238	504
Nº de admissões durante o período	79	141
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	6	5
Nº de estagiários(as)	12	12
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	63	70
Nº de mulheres que trabalham na empresa	126	324
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	54,30%	59,46%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	58	178
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	14,30%	8,11%
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	5	15

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2011	Metas 2012
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	28,24	27,26
Número total de acidentes de trabalho	2	9

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	(x) não se envolve	() apoia	() organiza e incentiva	(x) não se envolve	() apoia	() organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 116	no Procon 08	na Justiça 25	na empresa 86	no Procon 10	na Justiça 35
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 50%	na Justiça 20%	na empresa 100%	no Procon 40%	na Justiça 20%

Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2011:	338.795	Em 2010:	241.997
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		100,00%		100,00%
Governo		39,13%		39,72%
Colaboradores		10,50%		14,40%
Acionistas		18,92%		32,52%
Terceiros		1,65%		0,42%
Retido		29,80%		12,94%

7 - Outras Informações

1- Brasilcap Capitalização S/A - CNPJ: 15.138.043/0001-05 - Setor econômico: Seguro, Previdência e Capitalização - Rio de Janeiro - RJ; 2- Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: Ana Júlia de Vasconcelos Carepa - Telefone: (21) 3804-2079 - Email: desenvolvimentoempresarial@brasilcap.com.br; 3 - A Companhia no exercício 2011 optou em contratar empresa especializada em atendimento a clientes, motivo pelo qual apura-se uma redução no quadro de funcionários; 4- Esta empresa não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção; 5- Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente; 6- Este balanço social segue o modelo sugerido pelo IBASE. 7 - O relatório Informações de Natureza Social e Ambiental foi objeto de revisão de Auditoria Independente, conforme estabelecido na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - nº 1003/04; 8 - Contador: Jairton Cardoso Guimarães - CRC-RJ 077462/O-4.